



A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor
Nome: Jefferson Carriello do Carmo
E-mail: jeffceprof@gmail.com
Universidade de Sorocaba,
Brasil

Submetido: 13/08/2018
Aprovado: 18/02/2019
Publicado: 19/03/2019

[doi> 10.20396/rho.v19i0.8653162](https://doi.org/10.20396/rho.v19i0.8653162)
e-Location: e019013
ISSN: 1676-2584



O ATUALISMO GENTILIANO E A POLÍTICA DE ESTADO: FUNDAMENTOS DA REFORMA EDUCACIONAL DE GIOVANNI GENTILE

  Jefferson Carriello do Carmo¹

  Ivanilson Bezerra da Silva²

RESUMO

O objetivo do texto é identificar no atualismo filosófico e na concepção de Estado de Giovanni Gentile o fundamento de sua reforma educacional e como esses elementos foram a base para a doutrina fascista de educação no advento do fascismo. O momento dessa análise está posto após o término da Primeira Guerra Mundial, embora a Itália tenha sido um dos países vencedores, o país passava por uma crise socioeconômica e educacional. A reforma educacional proposta por Gentile foi estruturada por uma política autoritária e imperialista. O Estado surge como a encarnação do sistema escolar sendo o grande educador e centralizador das decisões sobre a educação, devendo afastar as entidades civis do processo educativo não admitindo nenhuma forma de oposição ao seu saber e naquilo que ensinava.

PALAVRAS-CHAVE Giovanni Gentile. Fascismo. Reforma educacional.



THE ACTUALISM GENTILIANO AND STATE POLICY: FOUNDATIONS OF EDUCATIONAL REFORM OF GIOVANNI GENTILE

Abstract

The purpose of the text is not a philosophical actualist and the proposal of a country to ground educational reform and the elements that form a basis for the fascist doctrine of education without the advent of fascism. The day of this analysis comes after the end of World War I, although it was one of the winning countries, the country went through a socioeconomic and educational crisis. The educational reform proposed by Gentile was structured by an authoritarian and imperialist policy. The state appears as an incarnation of the school system being the great educator and the centralizer of decisions about an education, and it must move away from the civil rights of the educational process, not admitting a way to defend itself to its knowledge.

Keywords: Giovanni Gentile. Fascism. Educational reform.

EL ACTUALISMO GENTILIANO Y LA POLÍTICA DE ESTADO: FUNDAMENTOS DE LA REFORMA EDUCATIVA DE GIOVANNI GENTILE

Resumen

El objetivo del texto no es actualista filosófico y de la propuesta de un país para fundamentar la reforma educativa y los elementos que constituyen una base para la doctrina fascista de la educación sin el advenimiento del fascismo. El día de ese análisis está puesto después de la terminación de la Primera Guerra Mundial, aunque fue uno de los países vencedores, el país pasó por una crisis socioeconómica y educativa. La reforma educativa propuesta por Gentile fue estructurada por una política autoritaria e imperialista. El estado surge como una encarnación del sistema escolar siendo el gran educador y el centralizador de decisiones sobre una educación, debiendo alejarse de los derechos civiles del proceso educativo, no admitiéndose una forma de defenderse a su saber.

Palabras claves: Giovanni Gentile. Fascismo. Reforma educacional.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo do texto é identificar no atualismo filosófico³ e na concepção de Estado de Giovanni Gentile o fundamento de sua Reforma Educacional e como esses elementos foram a base para a doutrina fascista de educação no advento do fascismo. O momento dessa análise está posto após o termino da Primeira Guerra Mundial, período em que a Itália passava por uma crise estrutural. Nesta ocasião, o analfabetismo aumentou acentuadamente e a velha estrutura educacional foi incapaz de acolher o número de alunos analfabetos que crescia em proporções consideráveis em relação ao período da guerra. Nesse contexto surgiram várias propostas para solucionar a crise escolar apontada por educadores idealistas, principalmente Giuseppe Lombardo Radice e de Ernesto Codignola, fundadores *l Fasci di Educazione Nazionale*, ambos pediam maior seriedade nos estudos para a escola média, reivindicam uma escola nova, que respondesse as novas exigências conjunturais do pós-guerra, mas que certamente não estavam sozinhos. Conforme a análise de Bresso, Cereja e Gariglio, (1989) essa preocupação não é ímpar, no programa político do *Partido Nacional Fascista*, havia uma proposta educacional, cuja intenção aduzia finalidades e objetivos que apontavam para a ordem, a disciplina, obediência ao Estado e aos seus organismos⁴.

No entendimento de Galli (1998) a resposta para a crise escolar foi dada por vários partidos políticos que apontavam soluções e saídas para enfrentar o colapso escolar. À medida que os partidos não apontam de forma “definitiva” soluções para as questões políticas e econômicas, abriam-se novos caminhos rumo às alterações sociais e políticas, constituindo-se um desses a Reforma de Giovanni Gentile, enquanto uma das possíveis “soluções” para a crise escolar. A finalidade da reforma, dentre outras, foi a desarticulação do Estado liberal propondo novas formas institucionais, entre elas estava a escola considerada como um dos instrumentos de maior relevância após a ascensão do fascismo. O escopo da Reforma era “[...] formar pessoas capazes de garantir o progresso econômico e histórico da nação; elevar o nível moral e cultural [...] garantir a renovação contínua das classes dirigentes” (BELLUCCI; CILIBERTO, 1978, p. 198). Vale, ainda, acrescentar que na grade curricular da Reforma estava posto a instrumentalização da divisão da sociedade em dois segmentos sociais, o seu fundamento filosófico centra-se no atualismo filosófico Gentiliano e como política de Estado a Reforma incorpora a concepção de Estado ético, cuja manifestação ocorre não só como forma de expressão jurídica de uma vontade coletiva, mas também como representação dessa vontade.

A REFORMA DE GIOVANNI GENTILE

Por reforma de Giovanni Gentile referimos à sua estrutura e ao complexo de decretos, leis e normas provenientes de Gentile enquanto ministro da educação, no período de 30 de outubro de 1922 a 26 de junho de 1924. Segundo Bellucci e Ciliberto (1978), ao ser nomeado por Mussolini o primeiro ministro da educação pública passa a ser no governo fascista o titular



da Pública Instrução obtendo amplos poderes no campo educacional. Seus principais colaboradores foram pedagogos, filósofos e altos funcionários da administração escolar. Guisepe Lombardo-Radice foi indicado para o cargo de Diretor Geral da Escola Elementar, sua contribuição foi definir os programas para a escola elementar. Ernesto Codignola foi também seu colaborador. A contribuição de Codignola foi de transformar a Escola Normal em Instituto Principal, quando deu ao último uma orientação de cunho humanístico. Sua outra contribuição foi como diretor da *Revista Levana*, coordenada por Gentile. Após essas nomeações Gentile deu início a reforma da escola italiana, por meio, de um debate envolvendo o campo político/econômico em torno dos problemas pedagógicos juntamente com seu atualismo filosófico e sua concepção de Estado.

A colaboração de Lombardo-Radice e Codignola ocorre por estarem em conformidade com os ideais da Reforma. À semelhança de Gentile, entendiam que depois da guerra os italianos foram abatidos com a situação de desagregação do Estado liberal.

Devemos renovar a consciência das novas gerações se quisermos obter os pontos adequados [...] a amarga prova da guerra a pesar dos maravilhosos esforços espontâneos de nosso povo, que resultam incomparáveis - negligencias ao descobrimento das graves feridas no espírito da nação, sobretudo entre aquelas classes cujos conhecimentos eles deviam haver proporcionado um abnegado sentimento de respeito pela lei e a subordinação do indivíduo aos supremos interesses coletivos, uma fé ativa, um preparo moral, uma visão realista das coisas em um sentido concreto. (RADICE-LOMBARDO, 1925, p. 25, tradução nossa).

Diante dessa constatação, apontam a escola, como um instrumento indispensável de revitalização moral e política do país. Segundo Bellucci e Ciliberto (1978), a preocupação defendida por Codignola e Lombardo Radice é introduzir na escola média a preparação moral e ideológica dos educandos. Entendiam que essa escola deveria lançar as bases da unidade nacional e da grandeza da pátria. Sustentavam que o principal dever do homem é atuar na sua essência moral e superar os limites da sua pessoa singular tendo no idealismo o fundamento desse dever. Conforme analisa Borghi (1975, p. 236), Codignola e Lombardo Radice entendiam que os fundamentos da Reforma deveriam ser pautados no idealismo, “[...] o homem é autor do seu mundo e nada precede e condiciona a sua atividade criativa, e a realidade é o produto do espírito humano, e não uma existência objetiva que o espírito se limitou a contemplar e a descrever”.

Ao referir-se a Reforma de Gentile, Vittoria (1979) esclarece que esta tinha por finalidade formar o homem, isto é, um homem novo, o homem fascista, e a escola seria o lugar para essa formação. Mostra, ainda, que tal formação deveria ocorrer na fase inicial, que chama de “estágio ditatorial da reforma” tendo por objetivo transformar a escola em um instrumento de fascistização do país. O Estado deveria ser a instituição que possibilitasse a concretização deste objetivo. Assim sendo, o que veio a nortear toda a reforma educacional administrativa de Gentile é o ideal do Estado como eterno e imanente representante da consciência da nação. Os princípios inspirados dessa reforma foram a disciplina, a hierarquia e



a submissão a autoridade. No entendimento de Vittoria, (1979, p. 455) Gentile propõe que a educação, fosse atribuição do Estado e que este atribuisse “[...] os seus direitos sobre a educação fascista às jovens gerações”. Sendo assim, o que caracteriza o processo de fascistização é o poder para organizar os jovens na escola, pois o *slogan* de Mussolini foi o “livro e mosquete”. Este *slogan*, segundo Vittoria (1979, p. 455) predominava na política e nos objetivos da educação escolar fascista: “[...] a educação física, a instrução militar, a participação dos acontecimentos e a manifestação do regime como partes integrantes da vida escolar, concreta, marcando amplos espaços da educação, a doutrinação e a formação política dos jovens”. Para pôr em prática esses ideais, Mussolini contava com o apoio de Gentile.

Segundo Bellucci e Ciliberto (1978) no âmbito de sua organização a Reforma foi presa a um plano legislativo, mediante a uma série de leis separadas, mas oriundas do Estado idealmente unidas em uma visão integral dos problemas da escola e da cultura. Essas leis foram acompanhadas por uma abundância de circulares contendo instruções para dirigir a conduta dos órgãos dependentes do Ministério da Educação, no que se refere a interpretação e a aplicação da reforma. Dentre essas circulares está a de 25 de novembro de 1922, cujo conteúdo refere-se à “autoridade na escola”, que tinha por objetivo, a ordem, a disciplina, e a obediência da escola para com o Estado, por meio, de um conjunto de instruções, cuja finalidade centrava os fundamentos da convivência civil. Esclarece Bellucci e Ciliberto (1978, p. 204) que essa disciplina e essa submissão eram aplicadas pela escola e essa não era um terreno neutro, “[...] mas o centro da luta política, visando o fortalecimento do Estado totalitário, tendo como base a reforma de Gentile, que a fez convergir aos ideais do fascismo”.

Esses objetivos foram ampliados quando, Gentile em entrevista dada a “*L’ Idea Nazionale*”, em 29 de março de 1923, fala sobre sua pretensão com a reforma, nas várias etapas do ensino. A sua vontade foi em criar uma escola digna de um grande povo, cujo mérito foi sair vitorioso de uma grande guerra. Enfatiza que o povo italiano não tinha instituições educacionais,⁵ que atendessem às exigências da sociedade emergente. Dizia, na entrevista que a universidade, a escola elementar, escola popular e a escola média, não estavam em sintonia com as novas realidades educacionais, sociais, e principalmente, no que se refere às mudanças culturais e sociais italianas. Gentile prossegue mostrando que o entrave do Estado liberal foi negar a liberdade de construir uma nova fase da política italiana, daí um novo Estado que respondesse aos anseios políticos e sociais emergentes do pós-guerra, e a uma nova ação educativa que correspondesse as novas exigências educacionais do país. Indica para um plano político em que faz uma apologia do Estado como expressão suprema da organização humana. Para a realização desses objetivos Gentile assinalava para uma escola média que fosse um órgão propulsor mais saudável e vital para as novas energias nacionais. Sendo assim, propõe a reorganização da escola através da *Reforma da Escola Média* publicada em 23 de junho de 1923.



FUNDAMENTOS DO ATUALISMO DE GENTILE E SUA RELAÇÃO COM A SUA REFORMA EDUCACIONAL

O atualismo filosófico de Gentile e sua concepção de Estado encontra eco no hegelianismo italiano de forma mais evidente em Betrando Spaventa⁶, filósofo que mais influenciou o seu pensamento. Seu atualismo, cuja base está na corrente hegeliana italiana e constitui-se em três fundamentos: a Teoria do Espírito (idealismo) e Teoria do Estado e o Centralismo Burocrático Organizacional.

A TEORIA DO ESPÍRITO NA REFORMA

Segundo Piccioni (1983), ao referir-se à teoria do espírito e a Reforma Educacional de Gentile, a relação com o movimento dos neo-hegelianos, tinha como preocupação central a renovação cultural do pensamento italiano. A gênese desse movimento foi realizada por um grupo de pensadores discípulos de Hegel, sendo os principais, nos meados de 1860. Segundo Oldrini (1990) o que irá caracterizar a renovação cultural desses filósofos é a revolta anti-positivista que reduzia o espírito humano a “[...] fato entre outros fatos [...]”, o que ameaçava e bloqueava a real inteligência dos problemas particulares da realidade humana. No entendimento de Piccioni (1983) de Sanctis apontava o espírito como a base de todo um sistema sociocultural, cujo princípio se caracteriza pela fé no poder do pensamento e pela convicção de que todos os valores podem se conceber no pensamento pela afirmação de seu domínio sobre o corpo, donde resulta a unidade do ser sob a lei do Espírito. Essa unidade atua pelo Espírito sob três momentos sucessivos, a arte, a religião e a filosofia⁷.

Piccioni (1983) ressalta a ideia que a arte é o indivíduo concebido como único elemento da consciência; a religião o indivíduo mergulhado na contemplação do objeto; a filosofia a fusão constantemente renovada do indivíduo e do objeto em perpétuo devir. Na história, a filosofia nada mais é que o próprio devir do espírito humano. Poder-se-ia dizer que a história da filosofia é, ao mesmo tempo, uma filosofia da história. A filosofia na medida em que o devir histórico é novamente percorrido na experiência interior, confunde-se e se identifica com a própria cultura da qual a arte e a religião se tornam partes integrantes. É pela arte que o indivíduo mais altamente toma consciência de sua própria subjetividade, particularmente tal como o meio nacional e o momento histórico a afeiçoaram. Quanto à religião, é elemento essencial da formação moral, pois é momento necessário da vida do Espírito

Entretanto a relação de Gentile (1927) com a filosofia idealista já estava presente em seu pensamento desde 1889, quando escreveu *II Concetto scientifico della pedagogia*, definindo a filosofia como ciência do espírito e a educação, como o desenvolvimento do espírito.

A educação é a formação do espírito segundo a lei do espírito, ou seja, o desenvolvimento do espírito segundo a sua natureza, união própria principal. Essa



formação é toda empírica e distingue do espírito que forma e do espírito que é formado é na realidade o único espírito que forma segundo a sua determinação historicamente necessária. Mas se a educação é o desenvolvimento do espírito e o espírito é o objeto próprio da filosofia do espírito, a pedagogia enquanto ciência não é senão a filosofia do espírito. (GENTILE, 1927, p. 43, tradução nossa).

Nessa identificação entre pedagogia e filosofia, Gentile (1927) aponta que as normas pedagógicas só podem, portanto, contribuir para o progresso e para a verdade se derivarem da filosofia. A pedagogia só pode ter sentido quando é submetida pela filosofia; não existindo entre “o espírito” que se faz consciente da verdade e o “espírito” que difunde estas verdades através da educação.

A educação, portanto, é a formação do espírito segundo a lei do espírito, ou seja, o desenvolvimento do espírito segundo a sua natureza própria. (...) Mas, se a educação é o desenvolvimento do espírito e o desenvolvimento do espírito é o objeto próprio da filosofia do espírito a pedagogia, enquanto ciência, não é senão a filosofia do espírito. Isto é, a aplicação da filosofia do espírito. É, a aplicação exata do espírito enquanto se desenvolve; ou seja, é o objeto da filosofia do espírito. (GENTILE, 1927, p. 43, tradução nossa).

Nas palavras de Gentile (1927) a pedagogia é a ciência da formação do espírito e como a ciência ou filosofia do espírito, identifica-se com a educação enquanto formadora do espírito. Para fundamentar a compreensão da superioridade do homem como espírito pensante faz a distinção entre a natureza e o homem, reconhecendo que este é o único ser natural que tem a capacidade de educar-se. Essa compreensão busca fundamento na filosofia idealista hegeliana.

Essa concepção norteia seu programa pedagógico e sustenta todo o seu processo educativo. Ao referir-se sobre a relação entre o educador e o aluno, mostra que a finalidade do desenvolvimento humano é para a sua liberdade. Nesse desenvolvimento a relação entre liberdade e autoridade na educação é sustentada pela autoridade do mestre, devendo na escola os alunos serem libertos porque o espírito segue a liberdade do mestre e a educação em geral surge da unidade do espírito, princípio fundamental da educação.

Para Gentile (1928) a liberdade no processo educativo deriva de seu princípio filosófico (idealismo), em que é infinita e universal apenas no espírito. Assim sendo, o papel da escola, nesse processo, é atuar sobre os limites da expansão espiritual, proporcionando a unificação entre os alunos e os professores, superando as possíveis particularidades dos indivíduos, sendo que no conjunto constituído por aluno e professor realiza-se a liberdade no espírito.

Gentile (1927) define a educação como um processo de unificação espiritual no qual o mestre e o aluno desaparecem como seres particulares, no Espírito. Essa unidade entre o educando e o educador ocorre através do Espírito, e nisso não há dualidade. Neste processo Gentile indica que a unidade e a intimidade espiritual entre o professor e o aluno se constroem na escola, efetuando-se quando o mestre absorve o processo espiritual do aluno, realizando a



unidade que subjaz à aparente variedade. Assim a escola, para Gentile (1927, p. 135), “[...] é a unidade como unificação e resolução eterna da multiplicidade [...] dos indivíduos empíricos”.

Sendo assim, o professor não é alguém que só “instrui” a seus alunos dando-lhes informações, fórmulas, normas ou argumentos. Mas que converte seus alunos em uma unidade consigo mesmo, ou seja, colocando-os em sua esfera de pensamento e fazendo-lhes compartilhar sua vida de sábio.

Para entender a verdadeira índole, ou necessidade, da vida do seu escolar, o mestre não deve deter-se a abstrata ideia que lhe seja, um escolar de certa classe, em que se supõe a atitude a seguir um desenvolvimento de certo programa: este é um aluno abstrato, que não há vida e não pode seguir nenhum programa; é uma coisa, criada do pensamento inconsequente da própria natureza; não é uma pessoa. (GENTILE, 1927, p. 135, tradução nossa).

Considerando a natureza do “espírito” como movimento e criação perpétua, cada professor e cada aluno são algo novo em comparação com os demais, isto é,

[...] um ato educativo não é compreensível se não a um pacto, que atravessou e se realizou na unidade dos espíritos que concorreram, e que por isso, o verdadeiro mestre é só aquele que se sente só na sua escola, dissolve-se a sua própria individualidade na dos educandos. (GENTILE, 1927, p. 136, tradução nossa)

CONCEPÇÃO DE ESTADO EM GENTILE E A REFORMA PROPOSTA

Outro aspecto do seu atualismo filosófico é a sua concepção de Estado. Segundo Gentile (1934) o Estado é a necessidade dialética, a encarnação e a representação mais perfeita da ideia da vontade coletiva. Segundo Ravaglioli (1995) o Estado é definido como o princípio de toda a organização e de todas as relações políticas. Para os neo-hegelianos o Estado é ainda uma ideia moral que compreende a sua vontade, seu interesse como regra de todas as ações. Através da reforma de Gentile, o Estado visava a personificação da vontade coletiva do povo, por meio da sua organização, das suas relações políticas, sociais e econômicas. Essa ação, segundo Gentile (1939) tinha como ponto de chegada a fascistização do povo italiano. Assim sendo, preconizou os direitos do Estado sobre a educação das jovens gerações. Indicou o Estado como eterna e imanente encarnação da consciência da nação, exigindo disciplina e submissão completa do indivíduo à sua autoridade.

Conforme analisa Nero Del (1988) a reforma seria o suporte ideológico para a fundamentação da concepção do Estado fascista. A escola era exatamente a consciência nacional do Estado, ou seja, um dos órgãos mais delicados, que deveria prontamente inculcar a prática do respeito à lei, a ordem, a disciplina, a obediência sem limites à autoridade estatal. A escola deveria ser a forma de adestramento, a canalização moral dos jovens os futuros cimentos da vida futura do povo italiano.

Gentile (1908) sustenta que nessa relação entre o Estado e o sistema escolar, o primeiro é árbitro absoluto da organização educacional é ele que vai direcionar os programas



da escola visando refletir os seus próprios interesses, tornando-os universais. No seu entendimento o Estado é a encarnação do sistema escolar e do indivíduo, portanto deve deter poder de decisão nos “currículos”. O Estado é o grande educador e centralizador das decisões sobre a educação, devendo afastar as entidades civis do processo educativo. Se o Estado ensina, deve saber o que ensina e não deve admitir que um rapaz ou pai de família oponha ao seu saber e naquilo que ensina. Gentile está apontando para um Estado centralizador do processo educativo visando a integração de todos, independentemente, da classe social, entende que o processo pedagógico leva a constituir a vontade coletiva.

Essa forma de conceber a função do Estado como centralizador e integrador da educação é a sua crítica ao liberalismo clássico, em função da sua interpretação da natureza e significado do liberalismo moderno, o qual tinha, para ele duas ideias matrizes. Uma, a visão individualista, racionalista e materialista vinda do século XVIII, que se fundamenta na filosofia iluminista; a outra, formada na Itália e na Alemanha. A primeira, segundo Gentile repousa sobre o princípio do homem como indivíduo particular, reconhecendo seus direitos naturais de indivíduo à igualdade e à liberdade. A segunda, que Gentile chamava de verdadeiro “liberalismo”, considerava legítima só a liberdade que atua no espírito universal, esta liberdade que não pertence ao indivíduo como particular, mas é organizada pelo e no Estado. Para Gentile (1928) esta liberdade não é um direito do homem, mas um *dever*, uma adesão voluntária e racional ao interesse geral.

Essa forma de obediência hierárquica foi um dos aspectos mais importantes da reforma de Gentile, que se dilata no autoritarismo do Estado em todos os níveis educativos. Esses traços se justificam pela concepção de Estado de Gentile como participante da natureza do próprio “*espírito*”. Para Gentile, (1934) o Estado incorpora todas as experiências, vontades dos seus governados e em seu benefício próprio.

Segundo Gentile (1928) essa concepção de Estado, no que se refere ao sistema educativo, é que irá justificar a introdução do exame de Estado ao final de cada ciclo de estudos de três anos ou quatro. Os certificados, diploma e graus obtidos ao passar por estes exames não só garantiriam a mesma qualidade em todos os centros de ensino oficiais, sendo que também proporcionavam uma “igualdade” de oportunidades aos alunos procedentes dos centros privados. Assim, o “espírito da reforma” residia em uma forma autoritária e de classe em que faziam parte os professores, a pedagogia e principalmente a filosofia idealista, juntamente, com toda a estrutura administrativa da reforma que irá contribuir para “efetivar” a reforma estatal.

CENTRALISMO BUROCRÁTICO ORGANIZACIONAL DA REFORMA DE GENTILE

Segundo as análises de Borghi, (1975) no que se refere ao centralismo burocrático organizacional a reforma educacional tem como base as leis educacionais do passado. A lei



utilizada foi de Gabrio Casati, (Lei de Casati) criada em 13 de novembro de 1859, que objetivava ser uma espécie de Carta Magna da escola italiana. Essa lei criou um sistema nacional de escola pública, com base no Estado como único gerenciador do ensino, do ensino elementar até o superior. A lei, com seus trezentos e oitenta artigos, constituía um verdadeiro e próprio código de instrução escolar, principalmente, no que se refere aos aspectos da administração. Essa organização administrativa era fortemente centrada no ministro da instrução que tinha amplos poderes de decisão. Este nomeava e controlava os principais funcionários centrais e periféricos do Conselho Superior da instrução pública, que não eram eleitos, mas eram nomeados através da proposta do Ministro. Este centralismo burocrático de cunho administrativo tinha a seguinte hierarquia: o Ministro, o Conselho Superior da instrução pública e três inspetores gerais, um para cada grau de instrução. O Ministro da Pública Instrução governava o ensino público e privado em todos os ramos, colocando sob seu desenvolvimento e controle a vigilância do Estado.

Segundo as análises de Ragazzini, (1993) sobre estrutura curricular em geral da Lei Casati, havia uma separação nítida da escola humanista da escola técnica sendo que, a segunda era da responsabilidade do Ministério da Agricultura e Comércio. A Lei ignorava a instrução profissional, que era confiada ao Ministério da Agricultura e Comércio. Utilizando-se do mesmo perfil da Lei de Casati, Gentile irá reformar a Escola Média⁸, no período fascista visando adaptá-la à nova realidade sociopolítica do pós-guerra, dando maior consistência ao regime fascista, visando o autoritarismo de Estado e tendo como ponto de chegada a dissolução do indivíduo no Estado.

Do ponto de vista pedagógico, a reforma de Gentile (1928) é o lugar assinalado para a consolidação desses interesses, tendo como princípio o ensino primário através de uma cultura da sensibilidade pelo ensino da religião. Gentile apontava que a fé era necessária para a educação dos povos rústicos que deveriam ser governados. Compreendia ser natural que a experiência religiosa começasse por uma infância piedosa no seio da religião positiva, no âmbito nacional. Pretendia, com isso, que o povo italiano fosse religioso. A religião, porém, será destinada a ser ultrapassada, absorvida pela filosofia, ciência do Espírito, em seu ato e em seu dever. Embora considerasse a religião forma inferior à filosofia, entendia que ela deveria ser à base do programa educativo das crianças.

Segundo Borghi (1975) na reforma de Gentile torna-se obrigatório o ensino religioso para todas as crianças, e nega o estudo da filosofia aos que cursam a escola técnica. Declara que as crianças e os pobres são incapazes de usar a razão autonomamente e, por isso, impede o acesso das massas à cultura e aponta a religião como uma espécie de limbo para o controle da plebe. Gentile era um novo crente partidário que entendia que a influência disciplinaria e era estabilizadora do catolicismo romano, portanto, era relevante para a plebe. Assim sendo, visa utilizar a religião como uma das formas para restaurar o Estado em crise e, conseqüentemente, os valores morais e tradicionais, em decadência na sociedade italiana.



À medida que atribui o ensino religioso católico à plebe, pretendia formar um povo manso, resignado, respeitoso e discreto, um povo para quem a burguesia sempre tinha razão e, por outro lado, uma classe de dirigentes capaz de resolver a crise deflagrada pela Grande Guerra. Para alicerçar essa ideia de reforma educativa, Gentile encontra respaldo em um de seus colaboradores, Guisepe Lombardo–Radice, que aponta qual era a finalidade das escolas religiosas, para com o povo dizendo:

Eu desejo um povo gentil, meditativo, capaz de escutar o canto dos seus poetas e o concerto dos seus músicos, de encantar-se diante de um quadro, de um museu ou de uma igreja. Não quero que o povo torpe da taberna, mas um povo que saiba ornar-se com o respeito a si mesmo e aos outros (ainda que seja pobremente), que não cuspa em qualquer lugar, que não destrua as plantas, que não persiga os pássaros, que não discuta demasiado, que não bata em sua mulher e em seus filhos. (RADICE-LOMBARDO, 1925, p. 76, tradução nossa).

Esse caráter discriminador da reforma concentrado no ensino religioso tem como efeito produzir o sustento dos regimes absolutos e legitimar a autoridade do governo fascista. Inspirado na obediência hierárquica desde o ensino primário, sendo esse de toda a responsabilidade do Estado. O ensino primário ficou inteiramente a cargo do Estado. É obrigatório, gratuito e confessional. O primeiro grau, de três anos, corresponde à escola maternal francesa.⁹ A originalidade das escolas primárias italianas reside nos programas e nos métodos presentes na obra de Radice-Lombardo. É todo um desenvolvimento oficial da pedagogia das escolas novas, no “Mestre ativo, aluno ativo, escola ativa”. No grau preparatório, a escola maternal, verdadeira *Casa das Crianças*, é organizada segundo os princípios de Montessori: jogos educativos, canto, desenho espontâneo, ginástica, pequenos trabalhos manuais.¹⁰

O ensino secundário, dividido desde a reforma CASATI em três ramos paralelos, (clássico, científico, pedagógico) hoje compreende quatro (pelo acréscimo do ensino profissional), representados respectivamente pela escola complementar e instituto técnico, - o Instituto Magistral - os ginásios e os liceus, - as escolas profissionais. A escola complementar comporta três anos de estudos, e um programa limitado, que prolonga o do elementar, com acréscimo de cursos práticos (contabilidade, rudimentos de língua estrangeira).

O instituto técnico tem oito anos de estudos, divididos em dois ciclos de quatro. Prepara para as profissões de contador e de perito-agrimensor. Dá-se lugar importante à cultura geral e ao estudo do latim.

O Instituto Magistral, cujo fim é a formação dos professores primários, tem também sete graus, em dois ciclos. Além disso, três institutos superiores de magistério preparam professores de filosofia para os institutos magistrais, professores de letras para as diversas escolas médias, diretores de escolas e inspetores do ensino primário.

Por fim, os ginásios e os liceus, que representam o verdadeiro ensino secundário. Os primeiros tinham cinco anos de curso, com latim, grego, língua e literatura nacionais,



matemática, história e geografia e uma língua estrangeira. Muitas crianças terminavam aí os estudos. As que prosseguiram, passavam três anos no liceu e escolhiam entre o liceu clássico e o liceu científico. As moças tinham os liceus femininos.

O liceu clássico dá lugar destacado à história da arte, considerada como disciplina independente e de primeira ordem. Em compensação, não haviam línguas estrangeiras. Para limitar o afluxo de alunos ao ensino secundário, instituiu-se exame de admissão pelo Estado, limitado o número de instituições, de classes e de alunos. A entrada nas universidades só é aberta pela *maturità* ou *licenza liceale*, coroamento dos estudos feitos no liceu. O liceu clássico, preferido pela burguesia, proporcionava cultura essencialmente literária, artística e histórica, tendente, antes de tudo, à exaltação da tradição nacional, à demonstração do papel da latinidade romana no desenvolvimento da civilização humana, definida pelas três épocas da Roma antiga, da Roma cristã, da Roma do Risorgimento.

Quanto às escolas profissionais, numerosas, importantes e diversas, não incorporaram se não tardiamente à educação nacional. Provindas já organizadas dos mais diferentes ministérios (agricultura, marinha, economia nacional, etc.) conservam estatuto e hierarquia próprios. Importa notar que todo o ensino especializado (técnicas industriais, artes menores, belas-artes) foi objeto de reorganização e integração na educação nacional desde 1923. Sendo essa escola endereçada à pequena burguesia, tinha por objetivo “*renovar*”, afim de atender a modificação oriundas da Grande Guerra, no que é pertinente aos aspectos industriais e agrícolas introduzidas paulatinamente nas grandes cidades como Nápoles e Milão. Nestes centros de grande população seriam revestidas de modificações notáveis, no que se refere à importância do material de estudo, ou seja, a modernização, visando adequar os ensinamentos profissionais e culturais as necessidades locais, apontando, adequadamente, a preparação dos jovens profissional e culturalmente para novos requisitos sociais em transformação. Essa junção entre ensino profissional e cultural deveria ser coordenada por um único órgão competente, o Ministério da Educação Pública, fazendo as modificações oportunas, do sistema tradicional de ensino para o trabalho nas escolas e nos laboratórios. Era também de sua competência instruir os mestres indicados para as indústrias; visando ao reavivamento das tradições regionais com objetivos de dar nova vida à nação, que se afastou muito de suas tradições e suas memórias.

Esta proposta de escola profissional era nitidamente diferenciada das outras, pois visava formar habilidades meramente utilitárias nos seus destinatários. O programa educacional proposto por Gentile não só limitava o acesso à educação completa de todos como divorciava a atividade manual da intelectual, reforçando a divisão social do trabalho e, com isso, a diferença entre as classes sociais.

O ensino superior compreendia três grupos de estabelecimentos, as dez universidades inteiramente a cargo do Estado, onze universidades reais, que tinham o orçamento alimentado em parte graças a recursos locais, e, enfim, as quatro universidades livres, que conferiam títulos reconhecidos pelo Estado, e das quais a mais importante é a Universidade do Sagrado



Coração de Milão, fundada em 1921 pelo Padre Gemelli. Certas universidades compreendiam, além das quatro faculdades tradicionais, outras de ciências econômicas e sociais, de engenharia, etc. A mais ampla autonomia foi assegurada pela lei; mas, de fato, o regime fascista uniformizou os estudos e exerceu controle severo no recrutamento do pessoal. Este compreende professores e livres-docentes, seus assistentes. O termo normal dos estudos, cuja duração é variável segundo as disciplinas, é a *áurea* ou doutorado, mais ou menos correspondente à reunião da licenciatura e do diploma de estudos superiores franceses, e considerado na Itália como o coroamento de uma educação liberal completa, mais que como introdução imediata em dada profissão. Essa admissão é sujeita, a concurso; quanto às profissões liberais, à obtenção de um diploma de Estado distinto do doutorado e ulterior a ele, e, na maior parte dos casos, à inscrição nos quadros de uma ordem. Os cursos são mais frequentemente redigidos e lidos - ou vendidos aos estudantes, que obtêm então mui facilmente dispensa de assisti-los. Sendo assim, a reforma de Gentile tem como objetivo transformar a escola em um instrumento de “*fascistização*” fato que só veio a ter continuidade com a *Opera Nazionale di Balilla*.

Para Betti (1984) a *Opera Nazionale di Balilla* trabalhava ao lado da escola na formação político-militar apossando-se da criança desde a escola maternal. Mas era na escola elementar que os educandos passavam para os *Balilla*. Em um primeiro momento, continuavam apenas praticando ginástica e esportes gerais, depois entravam nos *Balilla Carabineiros*, onde se iniciava o manejo de armas, e em fim no *Balilla Vanguardistas*, que lhe completavam a formação militar. Nessa formação militar os estudantes se enquadravam nas legiões universitárias da disciplina militar fascista, visando à preparação militar superior e, do ponto de vista político, nos grupos universitários fascistas tendo por finalidade substituir os *Facios Juvenis de Combate*. Com a lei, que instituiu o *Sábado Fascista* era dedicado à tarde do sábado a exercícios, cuja finalidade era a educação física e o esporte, a preparação militar, a formação moral através de cultos ao *Duce*, concentrações e desfiles, adestramento político feito por conferencias e, sobretudo pela participação nas grandes festas dos regimes, das quais brotavam poderosas emoções coletivas. Com essa proposta de “ensino” a Reforma revela dois aspectos centrais: primeiro, o da aristocracia da cultura e o autoritarismo do Estado, visando à formação da classe dirigente e o fortalecimento do Estado totalitário. Para Genovesi (1994) o aprimoramento do processo de integração entre a emergente sociedade italiana do pós-guerra e os novos rumos econômicos tendo por fim, a uniformização e a adequação aos intentos de fascistização dos jovens expresso pelo slogan de Mussolini “*livro e mosquete*”. Tal palavra de ordem, na análise de Isnenghi (1979) predominava na política e nos objetivos da reforma sendo parte integrante da instrução e na doutrinação e na formação política dos jovens. Tendo a escola como parte integrante da organização e administração da Reforma, tem por procedimento transformá-la numa instituição cultural capaz de socializar e difundir modelos de comportamentos fascistas.

É claro que a escola em todos os graus, do primário à universidade, tornou-se cada vez mais instrumento de fascistização da juventude italiana. Na Itália, a preocupação



predominante foi amoldar a consciência moral e formar os sentimentos políticos do italiano do século XX, fazer dele um homem novo, todo integrado numa comunidade nacional cristalizada em torno da grande ideia histórica do primado jurídico e espiritual de Roma soberana; daí, os valores fundamentais que lhes são inculcados: admiração das grandezas nacionais, patriotismo, senso do Estado, respeito da autoridade, da hierarquia sob todas as formas, disciplina, devotadamente, espírito de sacrifício e, acima de tudo, fidelidade total e obediência absoluta à pessoa do chefe supremo, o Duce.

Segundo Borghi (1975) a recomposição do pensamento de Gentile desde a sua concepção idealista de educação, tendo o Estado como educador e centralizador dos interesses fascistas e da classe dirigente, retoma e legitima a doutrina dos *dois povos* revelada não apenas nessa concepção da religião como uma espécie de limbo para o controle da plebe, mas, também na da divisão entre estudos humanitários e os técnicos. De fato, atribuindo ao Estado o ensino da escola, Gentile propõe o conteúdo clássico e humanístico para formar a *elite* dirigente. Não é por acaso que nos anos do pós-guerra, quando Gentile vai dedicar-se de forma mais intensiva ao problema da escola e da cultura e sua limitação à classe dirigente torna-se a mais relevante de suas preocupações em torno da educação.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

O objetivo do artigo foi identificar no atualismo filosófico de Gentile e na sua concepção de Estado o fundamento de sua reforma educacional e como esses elementos tornaram-se a base para a doutrina fascista de educação.

Em um primeiro momento identificou-se que Gentile, ao ocupar o cargo de primeiro-ministro da educação realizou a reforma no sistema educacional italiano marcada por proporção hierárquica, autoritária e rígida promovendo um rastro entre “dois povos”. A Reforma foi abalizada por uma política de nível estatal autoritária e imperialista. Diante desse quadro foi possível identificar que a Reforma Educacional foi organizada a partir de um plano legislativo oriundo do Estado, mediado por um conjunto de leis com vistas a solucionar os problemas da escola e da cultura. O conteúdo dessas leis refere-se “autoridade na escola”, a ordem, à disciplina, e à obediência da escola para com o Estado, por meio, de um conjunto de instruções, cuja finalidade centrava os fundamentos da convivência civil. Assim sendo, foi possível identificar que a escola não era um terreno neutro, mas o centro da luta política, visando ao fortalecimento do Estado totalitário e dos ideais do fascismo.

Em segundo, identificou-se no seu idealismo o princípio norteador do seu programa pedagógico, cujo o objetivo central foi formar o homem enquanto realidade espiritual, liberto e infinito. Sendo essa realidade manifestada, por meio, do processo educativo entre o educador e o educando, a finalidade era o desenvolvimento do homem e sua liberdade. Nesse procedimento a relação entre liberdade e autoridade na educação sustenta-se na autoridade do mestre e na escola libertando os alunos por meio da liberdade do mestre. A educação em



geral, surge dessa unidade do espírito manifesta na relação entre mestre e aluno, sendo este princípio fundamental da educação.

Terceiro, foi possível identificar, na sua concepção de Estado, que este aparece como encarnação do sistema escolar sendo o grande educador e centralizador das decisões sobre a educação, devendo afastar as entidades civis do processo educativo não admitindo que ninguém se oponha ao seu saber e naquilo que ensina. Na função de centralizador objetiva a integração de todos independentemente da classe social e pelo processo pedagógico visa constituir a vontade coletiva.

Por fim, o centralismo burocrático e organizacional da reforma pauta-se no perfil da Lei de Casati. Quanto aos aspectos educacionais da Reforma centra-se no ajuste à nova realidade sociopolítica do pós-guerra, visando integrar-se ao regime fascista dirigindo-se para o autoritarismo de Estado e a dissolução do indivíduo no Estado. A Reforma centrada na concepção de Estado ético foi a peça mestra da doutrina fascista por mediar, por meio da sua organização burocrática e pedagógica, a discriminação e a exclusão das massas da educação. Essa eliminação faz parte do credo pedagógico de Gentile. Na sua reforma educacional ao referir-se ao seu ordenamento administrativo e didático Gentile (1939) insiste em sustentar que para o funcionamento das escolas elas devem receber somente aqueles que podem entrar nelas com espírito despreocupado, livre de segundas intenções, dispostos a procurar nelas a cultura pela cultura, a si mesmos e aquilo que pretendem ser. Para que isso se torne possível, é preciso que as escolas reduzam de muito seus efetivos escolares. A exclusão de um certo número de aluno da escola pública foi clara na reforma. Não deve haver lugar para todos. A reforma visa exatamente isso: reduzir a população escolar. (GENTILE, 1939).

REFERÊNCIAS

BANDET, J. O nível “pré-escolar”: antes da idade da obrigatoriedade escolar para os que vão dois aos seis anos. In: DEBESSE, M.; MILIALARET, G. (org.). **Tratado de ciências pedagógicas**. São Paulo, SP: Nacional: Ed. USP, 1977. v. 3.

BELLUCCI, M.; CILIBERTO, M. **La Scuola e la pedagogia del fascismo**. Torino: Loescher, 1978.

BETTI, C. **L' opera nazionale balilla e l' educazione fascista**. Firenze: La nuova Italia, 1984.

BORGHI, L. **Educazione e autorità nell'Italia moderna**. Firenze: La nuova Italia, 1975.

BRESSO, P. Programma dei Fasci di combattimento, 1919. In: BRESSO, P.; CERREJA, F.; GARIGLIO, B. (org.). **Politica e istituzioni in italia dall'unità al fascismo**. Torino: IL Segnalibro, 1989.



- CIVES, G. **La scuola italiana dall' unità ai nostri giorni**. 3. ed. Firenze: La nuova Italia, 1993.
- DEBESSE, M.; MIALARET, G. (org.). **Tratado das ciências pedagógicas**. São Paulo, SP: Ed. Nacional: Ed. USP, 1977. p. 113-117. (Atualidades Pedagógicas).
- DECRETO de 6 de maio de 1923, nº 1054. **Gazzetta Ufficiale del Regno d'Italia**. n. 129 del 02 jun. 1923. Disponível em: https://www.edscuola.it/archivio/norme/decreti/rd1054_23.pdf. Acesso em: 14 out. 2018.
- GALLI, G. **I partiti politici in Italia 1861-1943**. Torino: UTET Librería, 1998.
- GARIN, E. **Cronache di filosofia italiana 1900-1960**. Roma: Bar: Laterza, 1977. v. 1.
- GENOVESI, G. **Storia dell educazione**. Bassi: Ferrara, 1994.
- GENTILE, G. **Educazione e scuola laica**. Firenze: Vallecchi, 1927.
- GENTILE, G. **La nova scuola media**: nel suo ordinamento amministrativo e didattico. Firenze: Felice le Monnier, 1939.
- GENTILE, G. **Teoria generale dello spirito come atto puro**. 6. ed. Firenze: Sansoni, 1944.
- GENTILE, G. **Il problema scolastico del dopoguerra**. Napoli: R. Ricciardi, 1920.
- GENTILE, G. Intervista a "L' Idea Nazionale". Roma, 29 mar. 1923. Disponível em: https://www.deuniverso.it/images/Archivio_Allegati/Di_Mieri-Riforma-Gentile.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019
- GENTILE, G. **La riforma dell'educazione, discorsi ai maestri di trieste**. 3. ed. Milano: Fratelli Treves, 1928.
- GENTILE, G. **Origini e dottrina del fascismo**. 3. ed. Roma, 1934.
- GENTILE, G. **Scuola e filosofia**. Sandron: Palermo, 1908.
- GENTILE, G.; GARIN, E. (org.). **Opere filosofiche**. Milano: Garzanti, 1991.
- GIOVANNI, P. **Di. Kant ed Hegel in Italia**: alle origini del neoidealismo. Roma, Bari: Laterza, 1996.
- ISNENGGHI, M. **Intellettualli militanti e intellettualli funzionari**. Torino: Giulio Einaudi, 1979.
- MONTESSORI, M. **Pedagogia científica**: a descoberta da criança. São Paulo: Flamboyant, 1965.
- NERO DEL, V. **La scuola elementare nell' Italia fascista**. Dalle circolari ministeriali 1922-1943. Roma: Armando, 1988.



OLDRINI, G. **Napoli e i suoi filosofi**: protagonisti, prospettive, problemi del pensiero dell'ottocento. Milano: Franco Angeli, 1990.

PICCIONI, L. **Ideloogia e filosofia del neoidealismo italiano**. Italia: Università degli studi di Urbino, 1983.

POGGI, A. **I gesuiti contro lo stato liberale**. Milano, Italia: Società editrice "Unitas", 1925.

RADICE-LOMBARDO, G. **La reforma dela scuola elementare**: vita nuova dela scuola de popolo. Sadron: Palero, 1925.

RAGAZZINI, D. L'amministrazione della scuola. In: CIVIS, G. (org.). **La Scuola italiana dall'Unita ai nostri giorni**. 3. ed. Firenze: La Nuova Italia, 1993.

RAVAGLIOLI, F. **Educazione occidentale**. Storia, problemi e documenti. Ottocento e novecento. Roma: Armando, 1995. v. III.

SPAVENTA, B. **La filosofia italiana**: nelle sue relazioni con la filosofia europea. Bari: Gius: Laterza & Figli., 1909.

TOMASI, T. **L' idea laica nell' Italia (1870-1970)**. Contemporanea. Firenze: La Nuova Italia, 1971.

VITTORIA, A. Scuola e apparati educativi del fascismo. **Studi Storici**, Italia, ano 22, n. 2, p. 452-463, Abril/jun. 1981.

Notas

¹ Bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano Independente de São Paulo; Licenciado em Pedagogia pela Universidade de Sorocaba; Mestre e Doutor em Educação aplicada às ciências sociais pela UNICAMP; Pós-Doutorado em História Social do Trabalho, UNICAMP; Professor/Pesquisador Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba. Coordenador do Grupo de Estudos: Instituição Escolar: História, Trabalho e Políticas de Educação Profissional/CNPq

² Possui graduação em Pedagogia pela Universidade de Sorocaba (2005). Mestrado em Educação pela USP (2010). Doutorado em Educação pela USP. Pós-doutorado em Educação pela USP. Membro dos seguintes grupos de pesquisa: História da Educação e Religião GEHER (USP), Núcleo Multidisciplinar de Estudos do Protestantismo (NUMEP (Mackenzie) e Intelectuais da Educação Brasileira (USP). Desenvolve pesquisas sobre intelectuais, elites, maçonaria, protestantismo e educação. Atualmente é Diretor Geral de Faculdade de Sorocaba e São Roque (Universidade Brasil).

³ Gentile (1944) repensou o hegelianismo, reformando sua dialética de modo radical e criando o atualismo que constitui a forma extrema assumida pelo idealismo ocidental. O atualismo, segundo Gentile (1944) é a forma de idealismo que afirma que o espírito como ato põe seu objeto como multiplicidade de objetos, e os reabsorve em si como momento do próprio fazer-se. O espírito se autopõe, pondo dialeticamente o objeto e resumindo-o plenamente em si: O pensamento não conhece a não ser realizando-se a si mesmo, e o que conhece nada mais é do que essa mesma realidade que se realiza. No seu idealismo o pensamento passa a ser como autoconceito e forma absoluta.

⁴ As traduções que seguem do italiano para o português são nossas e livres.

⁵ Gentile estava se referindo a Leis de Casati e a Reforma de Daneo-Credaro.



⁶ Bertrando Spaventa foi um relevante representante do movimento idealista italiano que nos Estudos sobre a filosofia de Hegel indica que é preciso partir não do ser, mas do pensamento que pensa o ser. Sendo a dialética a própria vida da consciência, que é eterno parecer e eterno nascer. Ver: SPAVENTA, Bertrando. (Org. Giovanni Gentile) *La filosofia italiana: nelle sue relazioni con la filosofia europea*, pp. 236-245; *L'hegelismo 'critico' di Bertrando Spaventa*. In: OLDRINI, Guido. *Napoli e suoi filosofi*, pp. 147-157.

⁷ GENTILE, G. **La riforma dell'educazione**, p. 195. Para a compreensão dos vocábulos arte, religião e filosofia, do ponto de vista de Giovanni Gentile consultar: *Teoria generale dello spirito come atto puro*. In: GARIN, E. (org.) **Opere Filosofiche**, p. 834-852.

⁸ Decreto de 6 de maio de 1923, nº 1054, relativo ao ordenamento da instrução de dos Colégios regionais (A Reforma da Escola Média). Publicado na **Gazzetta Ufficiale del Regno d'Italia**, N. 129 del 02.06.1923

⁹ Para a identificação do *é que é* a *escola maternal francesa* consultar: BANDET, Jeanne. O nível "pré-escolar": antes da idade da obrigatoriedade escolar para os que vão dois aos seis anos. In: DEBESSE, Maurice & MILIALARET, Gaston. **Tratado de ciências pedagógicas**. V. 3, pp. 67 – 111.

¹⁰ Ver: MONTESSORI, Maria. **Pedagogia científica**: a descoberta da criança, 1965.